

Apresentação

Complexidades do social

Complexities of the social

Jiulia Estela Heling*

Sandro Adams**

A presente edição, intitulada *Complexidades do Social*, reflete diversas temáticas abordadas e as múltiplas possibilidades metodológicas de pesquisa nos estudos das ciências sociais, evidenciando a complexidade com a qual o/a pesquisador/a se depara na análise do campo social. A publicação do 8º volume da Perspectivas Sociais, Revista Discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, traz artigos de pesquisadores vinculados ao programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ao programa de residência médica em Oncologia Clínica da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), ao programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM), ao programa de pós-graduação em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Amazonas (UFAM), ao programa de pós-graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), ao programa de pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ao programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), ao programa de pós-graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), ao programa de pós-graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília (UNB), ao programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), à faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal. A amplitude do

* Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas,
jiuliaestela@hotmail.com

** Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas,
sandroadams@gmail.com

alcance junto aos pesquisadores demonstra, deste modo, a consistência que a *Perspectivas Sociais* vem adquirindo junto à comunidade científica.

A composição de artigos deste número aborda temas diversos e relacionados com diferentes áreas do conhecimento, como o direito, a saúde, a arte, a educação, a psicanálise. Contamos com textos cujo objeto de análise macro é similar, mas os enfoques teóricos e as ferramentas analíticas são distintas, evidenciando as múltiplas possibilidades do campo social e a complexidade dos estudos sociológicos no tempo vigente.

O primeiro texto, intitulado “*Perfil dos cursos lato sensu em Sociologia no Brasil: um estudo quantitativo exploratório*” de autoria de Ricardo Cortez Lopes, realiza uma análise quantitativa e uma investigação exploratória sobre o perfil dos cursos de especialização *lato sensu* em sociologia no Brasil enquanto educação de pós-graduação para o exercício profissional. Contrariando a hipótese de que sociologia seja uma disciplina científica esquecida e menosprezada pela sociedade em geral, a ampla maioria dos cursos são oferecidos por instituições de ensino superior privadas, sendo custeadas pelo próprio estudante, no formato EAD. A carga horária mínima coincide com a mínima exigida pela lei. Sua oferta se concentra no sul e sudeste, o que contrasta com a oferta dos cursos *strictu sensu* de mestrado e doutorado. Este texto abre a possibilidade de pesquisas futuras, especialmente qualitativas, visando compreender quais fenômenos proporcionam as características encontradas na oferta dos cursos *lato sensu* em sociologia.

Os autores Gabriel Caetano dos Santos Alves e Michelle Almeida Samora, são responsáveis pelo segundo escrito, sob o título “*Sobre o direito de morrer: apontamentos sobre o trabalho do Assistente Social junto a pacientes Oncológicos em Cuidados Paliativos*”, nos trazendo uma discussão sobre o direito à vida e o direito de deixar de viver. O objetivo do texto é demonstrar os aspectos sociais que permeiam a terminalidade neste processo de morrer. Atem-se aos pacientes oncológicos que necessitam de cuidados paliativos e busca situar a função do assistente social neste processo. Demonstra que o acompanhamento do profissional se faz importante desde o momento do diagnóstico, auxiliando na

regularização da vida dos indivíduos para que possam desfrutar da fase final da vida com a certeza de que seus entes queridos estarão amparados porque “apenas a presença de um profissional da equipe de saúde próximo a família, já transmite tranquilidade e amenização do sofrimento”. Trata-se de discussão importante tanto dentro dos estudos da área da saúde, como da sociologia, uma vez que o processo de morrer ainda é um tabu na sociedade e a pouca discussão no que se refere ao acolhimento frente à terminalidade, fazendo com que seja um momento solitário e de desamparo.

“Impacto da política de saúde na oferta de leitos de unidade de terapia intensiva adulto na rede pública estadual do Espírito Santo antes e durante a pandemia por COVID-19”, dos autores Marcio Drumond Pozzatti e Roberta Batista Ribeiro Barbosa, é o terceiro texto dessa edição. Se no trabalho anterior a discussão estava centrada no processo de morte digna diante de um diagnóstico de improvável cura, este texto discute as políticas públicas de oferecimento de vagas de UTI, antes e durante a pandemia de COVID-19, afim de promover a possibilidade de cura. Os autores apresentam uma discrepância entre o oferecimento de vagas na rede pública (SUS) e privada, onde a segunda tem um quantitativo de vagas por 10 mil habitantes muito acima da rede pública. Dentre outras medidas, regulamentadas em portarias, o estado do Espírito Santo aumentou o número de vagas de UTI exclusivas para os infectados pela COVID-19. O texto evidencia ainda que a ocupação dos leitos de UTI não-COVID e as cirurgias diminuíram durante a pandemia, bem como o tempo de espera para lograr uma vaga. Concluem que o estado logrou êxito no enfrentamento da pandemia. Estudos visando entender os desdobramentos desse processo ainda são necessários, como: a qualidade desses leitos ofertados, o aumento da equipe de trabalho, a proporcionalidade entre infecções e ofertas de vagas, o atendimento após a saída da UTI e o acompanhamento nos casos de sequelas permanentes, entre outros temas.

O quarto texto é de autoria de Alana Taíse Castro Sartori, *“A instrumentalização do direito para fins biopolíticos: um olhar a partir de Max Horkheimer”*. Seguimos discutindo a regulamentação da vida, como ocorreu com

os dois textos anteriores, porém, neste escrito a regulamentação ocorre a partir da instrumentalização do direito. A instrumentalização é entendida como o alcance de uma finalidade e o alcance desta justifica os meios adotados. A autora analisa e defende que ocorre a instrumentalização do direito de modo biopolítico, ou seja, uma regulamentação da vida pelo ente estatal, se utilizando do direito, que define quem deve viver e quem pode morrer. O texto nos faz refletir sobre os usos do direito pelas classes dominantes para manutenção do poder, relegando a determinados grupos situações degradantes, que corresponde ao deixar morrer do conceito de biopolítica. Esta instrumentalização do direito para fins biopolíticos está em desacordo com o estado Democrático de Direito, que no seu sentido originário é crítico-emancipador e deve ser um defensor dos direitos humanos.

“*Velhice e sexualidade dos homens da terceira idade*”, de Alice Alves Menezes Ponce de Leão e Ana Cristina da Silva Simas é o quinto artigo da edição. Trata-se de uma pesquisa empírica, realizada em uma cidade do interior da Amazônia, com idosos jovens, detentores de profissões reconhecidas e em atividade mesmo após a aposentadoria. As autoras distinguem os “velhos”, vinculados a precariedade advinda com a velhice e relativa à classe menos favorecida, dos idosos, que possuem condições e status para desfrutar de uma fase da vida que não se lhes impõem tantas limitações/carências físicas e/ou financeiras. A sexualidade masculina está atrelada ao status do masculino na sociedade patriarcal em que manter uma vida sexual ativa representa a manutenção do seu espaço na sociedade. Os idosos entrevistados remetem em sua maioria a sexualidade como a realização do ato sexual, desprezando assim outras formas do exercício da sexualidade. Esta relação pode gerar sentimentos de frustração, uma vez que a desenvoltura sexual de um indivíduo idoso não se mantém inalterada. A manutenção da vida sexual ativa está, em certa medida, atrelada a existência de recursos para o hedonismo, ou seja, condições financeiras que mantem os indivíduos pertencentes a uma classe visível da sociedade. Os próprios entrevistados afirmam que dispor de determinadas condições financeiras, que possibilitam potencializar a ereção – uma vez que o

coito é compreendido como máxima da virilidade, auxilia para o exercício da sexualidade. Ainda que não seja o tema central do texto, ele evidencia a diferença de gênero no exercício da sexualidade, atrelando-se as mulheres idosas uma assexualidade, um corpo não atraente e aos homens, a manutenção da sexualidade nas relações extraconjugais, com mulheres mais jovens.

Seguindo na abordagem da velhice, temos nosso sexto artigo da edição “*Desobediência estético-narrativa no audiovisual: a velhice como estudo de caso da série Round 6*”, este de autoria de Tatiana Helich Lopes e Valmir Moratelli. O escrito aborda a velhice em conjunto com o enaltecimento do crime a partir da arte, os autores exploram o retrato da velhice em uma série audiovisual para comparar com a representação na sociedade contemporânea. A série em análise reproduz uma espécie de videogame, onde os personagens, que se encontram em uma ilha deserta, participam de inúmeras brincadeiras infantis, porém, para passar para a próxima fase é necessário se manter vivo. A trama pode ser compreendida como um romance policial e explora o fascínio que existe em torno da morte. A posição do personagem idoso, que inicialmente é relegado a um papel secundário, como impossibilitado de vencer os mais jovens no jogo, dificulta a identificação do “culpado” no jogo, o que permite uma reviravolta na série demonstrando que ele é o orquestrador de todo jogo. Os autores se utilizam deste enredo para discutir a posição do idoso na sociedade e amparados nos ensinamentos de Norbert Elias abordam o isolamento que o avançar da idade gera nos indivíduos. Fica evidente que a série busca na representação frágil e isolada do jogador idoso a possibilidade da reviravolta, trazendo uma posição distinta ao personagem daquela que comumente é definida aos idosos na sociedade contemporânea. O aumento da expectativa de vida é um indicador da necessidade de se debruçar sobre os estudos que envolvem a velhice e a solidão que lhe acompanha.

A seguir temos uma sequência de três trabalhos abordando a questão indígena. Embora o tema macro seja congruente, as abordagens e relações com outras ciências é distinto. O texto de número sete, “*O abandono gemelar Guarani sob a perspectiva do Direito Brasileiro: uma análise crítica multicultural*” de

Tainá Viana, aborda a prática cultural do abandono gemelar das comunidades Guaranis sob a ótica do direito, discutindo a aplicação dos direitos fundamentais. Havendo a necessidade de respeito as tradições dos povos originários, que no caso em análise é o abandono de menores gêmeos, bem como a proteção integral do menor, um conflito de direitos se estabelece. O sistema jurídico enfrenta cotidianamente o conflito de direitos, necessitando de mecanismos/teorias para solucionar as divergências. O multiculturalismo é a corrente que reconhece que há múltiplas culturas possíveis e dentro do Estado Democrático de Direito todas as formas devem ser respeitadas. Na presente discussão, a proposta apresentada é a noção de crime culturalmente motivado, ou seja, o exercício da cultura do abandono gemelar é preponderante ao reconhecimento do ilícito penal de abandono de incapaz, aplicando-se assim uma excludente de ilicitude, não se discutindo o processo de integração do indígena na sociedade.

“Povo Indígena Apinajé: contatos interétnicos na cidade de Tocantinópolis – TO”, autoria de Carina Alves Torres é nosso oitavo texto e segue com a discussão indígena. Se no texto anterior o debate abrangia todo o povo Guarani em território nacional, o presente escrito se dedica a um local específico. A partir de uma etnografia, a autora observa os contatos interétnicos a partir das sociabilidades na zona urbana da cidade de Tocantinópolis/TO, entre os Apinajés e os demais moradores. Adiante, elucida que os primeiros contatos entre o povo Apinajé e indivíduos não indígenas ocorreu por meio de conflitos. Atualmente, com a proximidade das aldeias e a cidade de Tocantinópolis, os contatos ocorrem nos comércios, na universidade, nas lojas, campos de futebol, nos açougues, bancos e na beira do rio. Há também a venda de mercadorias por parte dos indígenas, como: artesanato e frutos do cerrado. O contato por meio do comércio é reiterado, assim como a busca por educação e saúde. Contudo, mesmo o contato sendo frequente, o preconceito é relatado como constante. A autora finaliza afirmando que “nas últimas décadas ocorreram várias mudanças culturais e sociais na etnia Apinajé e os contatos interétnicos vem se tornando fatores dessas mudanças”. O estudo nos permite um olhar atento para as

sociabilidades entre etnias distintas, sem olvidar que as mudanças culturais e sociais fazem parte da evolução da sociedade em geral.

Nosso nono artigo da edição é da autora Jane Regina de Oliveira, sob o título *“Os Guató e a história não contada: reflexões sobre questão social, racismo, transferência de renda e direito indigenista”*. Assim como o texto anterior, este trata de uma etnia específica, os Guató. Inicialmente a autora descreve a trajetória dos Guató, os caracterizando como canoieiros do Pantanal. Trata-se de uma etnia que foi considerada extinta e após alguns anos dessa declaração, indígenas Guató foram identificados na periferia de Corumbá. A partir desse momento, um movimento de reconhecimento da sua etnicidade vem ocorrendo, bem como a reorganização do povo e à luta pelo direito às suas terras. Na sequência, o texto aborda a questão social e a transferência de renda na sua relação com a questão indígena dos Guató, demonstrando algumas fragilidades destes frente as políticas públicas existentes ou ausentes. Deste modo, evidencia as múltiplas violações sofridas pelos povos originários e suas constantes lutas por reconhecimento.

O texto de número dez é *“O racismo epistemológico na construção de paradigmas das ciências humanas e sociais e seus reflexos na América Latina”*, de Isabella de Sá Félix. O artigo aborda a construção de “representações” da realidade social em três momentos: a constituição científica realizada pela epistemologia clássica das Ciências Sociais, a crítica europeia ou autocrítica sociológica destes marcos conceituais e a perspectiva da crítica latino-americana a partir do incremento da pluralidade de concepções de mundo. Demonstra-se, deste modo, que a naturalização de tão somente “uma visão universalizante” é um movimento que configura e pode produzir uma distorção explicativa de determinados grupos sociais. O problema que se apresenta é, portanto, a constante hierarquização de alguns saberes, concepções de mundo e paradigmas. Ademais, observar como a adoção de termos ou categorias totalizantes influencia na própria construção do conhecimento, reconhecimento e interconhecimento, é uma pauta em ascensão na agenda das ciências sociais contemporâneas.

“Entre nós e eles: explorando processos de falha e permanência da nação”, da autora Bruna Bandeira Soares, é o décimo primeiro texto da edição. O trabalho discute a estrutura das relações internacionais, e internas, baseado no conceito ou denominação de nação. Para isso, reconhece os processos de falha, descontinuidade e permanência da imagem dicotômica “dentro” e “fora”, “eu” e “outro”. A motivação para a busca constante da construção de nação no âmbito internacional está vinculada a ideia de uma soberania nacional. Neste caso, a dicotomia entre o “dentro”/“fora” corresponde a noção do “problema da diferença” nas relações internacionais e funciona como um mecanismo de estranhamento entre as nações. Medo e ameaça apresentam-se nessa construção nacional na medida em que o “dentro” tem a percepção do que é necessário para se proteger do que está “fora”. Esta concepção baseada no medo e na ameaça auxilia na governança por parte do Estado, criando um ambiente propício para que os de “dentro” concordem com a governança de suas vidas em prol da sua proteção do “fora”, do “outro”. Ao observar a permanência da nação, mesmo está possuindo diversos dilemas, a autora coloca que a preservação da nação está atrelada também a um ato de amor com o que está “dentro”. Conclui, assim, que a permanência da nação está atrelada a subjetividade dos indivíduos que a compõem.

Para finalizar a edição temos o texto de número doze, de Gabriel Barth da Silva, intitulado *“O espaço potencial é um espaço social: diálogos entre Winnicott e Bourdieu”*. Este texto relaciona dois campos distintos, psicanálise e sociologia, a partir dos conceitos espaço potencial e espaço social. Inicialmente, discute de forma individual a teoria de Donald Woods Winnicott e Pierre Bourdieu. Em um segundo momento, apresenta os elementos que justificam a defesa de que ambas teorias são compatíveis e complementares entre si. Segundo a teoria de Bourdieu, as ações devem ser compreendidas dentro da estrutura social, onde a família é o primeiro grupo de relações dos indivíduos, tratando-se de uma construção relacional e o espaço social é o local onde os indivíduos se encontram/relacionam, atuando com seus distintos capitais. Para a teoria de Winnicott, a família também é elemento central para a formação da psique, uma

vez que é o primeiro contato do bebê. A relação do bebê com objetos externos que deixam de ser absolutamente externos, porém, não são internos, cria o que Winnicott chama de espaço potencial, local onde a criança vai desenvolver a sua criatividade. Posteriormente, o autor vai elencando as relações existentes entre as teorias, como por exemplo: a relação com objetos para o desenvolvimento da criatividade está atrelada a uma forma simbólica de observação da realidade. Este texto demonstra que a relação de conceitos de distintas ciências é possível e visa estabelecer novas formas de observação da realidade social.

Ao fim do sumário desta edição, fica evidente a complexidade epistemológica do campo das ciências sociais. A quantidade de temas a serem investigados exige, por sua vez, um crescente aprimoramento do rigor científico e metodológico. Por outro lado, a relação com outras ciências potencializa a compreensão da realidade social e a reformulação das teorias analíticas.

Por último, resulta agradecer à equipe editorial, pela organização desta edição da revista, aos autores, pela confiança depositada ao submeterem seus artigos, aos professores e pareceristas, que se dispuseram a contribuir com a dinâmica desta produção, e aos leitores, pela receptividade deste material. Desejamos que estes textos venham a servir como instrumento de conhecimento sociológico e de formação humana!

Jiulia Estela Heling é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pelotas, mestra em Política Social e Direito Humanos pela Universidade Católica de Pelotas e bacharela em Direito pela mesma instituição.

Contato: jiuliaestela@hotmail.com

Sandro Adams é mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel). Graduado em filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia Berthier (IFIBE).

Contato: sandroadams@gmail.com

Como citar este texto: HELING, Jiulia Estela; ADAMS, Sandro. Complexidades do Social. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 08, nº 02, p. 03-11, 2022.